

HABEAS CORPUS Nº 547.303 - SP (2019/0350619-2)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : DOUGLAS AMOYR KHENAYFIS FILHO E OUTRO
ADVOGADOS : DOUGLAS AMOYR KHENAYFIS FILHO - SP314983
DANIEL VITOR ZANDERICO - SP369055
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : BRUNO TAVARES MOTA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de BRUNO TAVARES MOTA, apontando como autoridade coatora a 9ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento do HC n. 2162753-06.2019.8.26.0000.

Noticiam os autos que no curso de inquérito policial instaurado para apurar a prática do crime de organização criminosa, foi decretada a prisão temporária do paciente.

Sobreveio decisão que converteu a custódia em preventiva, bem como denúncia que imputou ao acusado a prática dos crimes previstos nos artigos 2º, § 2º, da Lei 12.850/2013, e 1º, § 4º, da Lei 9.613/1998.

Inconformada, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, cuja ordem foi denegada.

Sustentam os impetrantes que não estariam presentes os requisitos necessários para a decretação da segregação antecipada do réu.

Alegam que o paciente possui emprego lícito, residência fixa, sendo primário e de bons antecedentes, predcados que lhe permitiriam responder ao processo em liberdade.

Argumentam que o acusado é pai de uma filha de 3 (três) anos de idade, que depende somente dele, razão pela qual o seu encarceramento provisório colocaria a integridade e subsistência da menor em risco.

Sublinham que os delitos imputados ao réu não forma cometidos com violência ou grave ameaça, reforçando a desnecessidade da medida extrema.

Requerem, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente, a fim de que lhe seja concedido o benefício da liberdade provisória com a aplicação de medidas cautelares diversas.

É o relatório.

A princípio insurgindo-se a impetração contra acórdão do Tribunal de origem que denegou a ordem em prévio *writ*, mostra-se incabível o manejo do *habeas corpus* originário, já que formulado em flagrante desrespeito ao sistema recursal vigente no âmbito do Direito Processual Penal pátrio.

Contudo, no momento processual devido, o constrangimento apontado na inicial será analisado a fim de que se verifique a possibilidade de atuação de ofício por este Superior Tribunal de Justiça caso se constate a existência de flagrante ilegalidade, o que, ao menos em um juízo perfunctório, não se verifica.

Isso porque, não obstante os relevantes argumentos expostos na impetração,

a fundamentação que dá suporte à postulação liminar é idêntica à que dá amparo ao pleito final, isto é, confunde-se com o mérito do *mandamus*, o qual exige exame mais detalhado das razões declinadas e da documentação que o acompanha, análise que se dará devida e oportunamente quando do seu julgamento definitivo.

Ademais, a Corte de origem consignou que *"é perfeitamente razoável a custódia preventiva para garantia da ordem pública"*, destacando que *"ao se defrontar com as particularidades do caso concreto que tem diante de si, é lícito ao juiz embasar sua decisão utilizando-se de expressões de cunho genérico, sendo desnecessária, nesse estágio, a minudência de fundamentação própria de uma sentença condenatória"* (e-STJ fl. 199).

Acrescentou que se trata de *"crimes gravíssimos, sendo que o paciente é apontado como integrante de uma das maiores organizações criminosas atuantes no país (e até mesmo no exterior), de modo que sua soltura pode colocar em grave risco a ordem pública, a conveniência da instrução criminal e a aplicação da lei penal"* (e-STJ fl. 199).

Da leitura de tais argumentos não exsurgem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

Em arremate, *"conforme magistério jurisprudencial do Pretório Excelso, "a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva" (STF, Primeira Turma, HC n. 95.024/SP, relatora Ministra Cármen Lúcia, DJe de 20/2/2009)"* (HC 525.294/PR, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 19/11/2019, DJe 21/11/2019), circunstância que afasta a plausibilidade jurídica da medida de urgência.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão a sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefere-se** a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo da 2ª Vara Criminal da comarca de Martinópolis/SP, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da controvérsia, especialmente no que se refere à situação prisional do paciente e ao atual andamento da persecução criminal, e encaminhando, se houver, senha para acesso ao processo.

Com estas, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator